

AS REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO FINAL DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PERIÓDICO “A MÃI DE FAMÍLIA”

JULIANA DE MELLO MORAES

Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil

CLAUDINETE DE FÁTIMA OLIVEIRA

Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de implantação das primeiras instituições de educação infantil no Brasil e os debates sobre esse atendimento, a partir da imprensa carioca no final do século XIX. O aporte teórico-metodológico fundamenta-se na Nova História Cultural e utiliza o conceito de representação elaborado por Roger Chartier para problematizar as questões relacionadas à infância e sua educação no final do século XIX. Trata-se de uma análise documental realizada no periódico “A Mãe de Família (1879-1888)”. Com esta pesquisa foi possível constatar que a educação infantil desse período teve como propósito a civilização da infância carioca.

PALAVRAS-CHAVE: Infância; Educação; Instituições de Educação Infantil; Representações.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisa-se o processo de implantação das primeiras instituições de educação infantil no Brasil e os debates sobre esse atendimento a partir da imprensa carioca no final do século XIX. De acordo com Kuhlmann Jr. (2015), esse percurso histórico da educação da criança pequena estabelece relações com as questões que dizem respeito à história da infância, da família e da sociedade.

No decorrer dos anos, o processo de expansão dessas instituições educativas foi marcado por iniciativas fragmentadas entre o campo assistencial e o educacional, envolvendo diferentes setores da sociedade carioca. Contudo, a educação das crianças pequenas só foi garantida legalmente nas últimas décadas do século XX. Em 1988, a Constituição Federal assegurou à criança pequena o direito à educação. Tal reconhecimento foi ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/1990. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/1996, regulamentou o sistema educacional brasileiro, reconhecendo a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica. Em 1998, foi apresentada a primeira versão das Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, que tiveram sua redação ampliada e revisada no ano de 2009. Além dessas garantias legais, é possível enfatizar a existência de outros documentos importantes que constituem as políticas educacionais da educação infantil, no âmbito nacional, estadual e municipal.

Essas leis representam uma importante ferramenta para o desenvolvimento dessa etapa da educação. No entanto, essa situação precisa ser problematizada, haja vista que a legislação não solucionou os problemas referentes à qualidade e ao acesso à

educação infantil que, ainda no século XXI, não é universalizado. Dessa forma, essa educação não superou as “tensões, contradições e desafios que permearam e ainda estão presentes na educação de bebês e crianças pequenas em creches e pré-escolas [...]” (Chaves; Finco, 2021, p. 187). Nesse contexto de desigualdade, os mais prejudicados são os bebês, as populações de menor renda, as negras, os residentes das zonas rurais e das periferias urbanas (Maudonnet, 2021).

Nesse sentido, as investigações históricas contribuem para a compreensão da trajetória desse atendimento, pois revelam as permanências no trabalho realizado com as crianças na atualidade, considerando que: “a reflexão histórica, mormente no campo educativo, não serve para “descrever o passado”, mas sim para nos colocar perante um patrimônio de ideias, de projetos e de experiências” (Nóvoa, 1999, p. 13). Assim, este estudo busca ampliar as reflexões e fomentar as descobertas sobre a infância e a sua educação ao longo do tempo.

Segundo Kuhlmann Jr. (2015), as pesquisas que versam sobre essa temática estão aos poucos aparecendo e ampliando o universo de análises, desbravando terrenos inexplorados e abrindo espaço para estudos posteriores. No entanto, a maioria dos trabalhos que abordam a história das instituições de educação infantil focam os últimos anos do século XX, fato que pode estar relacionado à constituição da legislação, a qual garantiu o direito da criança à educação infantil (Sá, 2020). Nesse período, a história da infância recebeu atenção dos pesquisadores que se preocuparam em dar “voz e vez” a essa parcela considerável de nossa população (Scott, 2020).

Também, destaca-se a relevância das pesquisas que abordam a educação das crianças pequenas em outras épocas, para expandir as possibilidades e o leque de investigações sobre esse tema. Nessa perspectiva, o foco deste estudo foi direcionado para o final do século XIX, com propósito de explorar as circunstâncias que impulsionaram a implantação das primeiras instituições de educação infantil, no intuito de explorar novos fatos nessa temática ainda pouco explorada na historiografia, considerando as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas (Barbosa, 2008).

A cidade do Rio de Janeiro apresenta-se como contexto desta investigação, considerando que o primeiro jardim de infância brasileiro foi implantado na sociedade carioca. É importante ressaltar, entretanto, que naquela época, os interesses da elite e dos governantes estavam associados às ações realizadas pelo movimento higienista, o qual incluía como objetivo civilizar e educar a infância. Nesse período, a imprensa impressa apresentava-se como uns dos principais veículos de informações e disseminação dos ideais progressistas. Entre os assuntos abordados, destacava-se a educação das crianças nas creches e nos jardins de infância, conforme o exemplo dos países europeus.

O presente estudo situa-se na área da Educação, com foco na história da educação infantil e fundamenta-se na perspectiva da Nova História Cultural. Essa abordagem busca principalmente “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 2002, p. 16-17). Ela utiliza as contribuições de Roger Chartier, por meio do conceito de “representações”, para analisar a infância e a educação, permitindo entrever as classificações e as exclusões sociais próprias daquele tempo e espaço (Chartier, 2002).

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, realizada no periódico "A Mãe de Família (1878-1888)", disponível no website da Hemeroteca Nacional. A investigação foi desenvolvida por meio de uma análise documental, seguindo as dimensões propostas por Cellard (2008), que permitiram examinar os textos publicados na época, os debates sobre a educação da infância e as iniciativas de atendimento à criança pequena naquele contexto.

A MÃE DE FAMÍLIA COMO FONTE DE PESQUISA

Para compreensão histórica do contexto em que se constituíram as primeiras iniciativas de educação da pequena infância, neste estudo será abordado o papel da imprensa periódica, em particular o jornal "A Mãe de Família (1879 e 1888)", na sociedade carioca no final do século XIX.

A análise do periódico "A Mãe de Família" ocorreu de forma minuciosa, contemplou todas as edições disponíveis entre os anos de 1879 e 1888, totalizando 195 publicações. Foram utilizados os seguintes descritores: jardim de infância; jardim; infâncias e creche, no intuito de identificar os conteúdos que discutiam as questões referentes às representações das instituições de educação infantil daquela época.

Após a leitura e análise das publicações, foram localizadas as informações relacionadas ao atendimento e as práticas educativas voltadas para a infância. Contudo, diante do grande número de ocorrências, foram registradas apenas as publicações que apresentaram ligação direta com a temática desta pesquisa. Dessa forma, neste artigo foi utilizado um total de 32 publicações para o estudo das representações das instituições de educação infantil no referido periódico.

A análise documental realizada nessa pesquisa contemplou as cinco dimensões propostas por Cellard (2008): no estudo do contexto analisou-se a circulação do periódico na conjuntura da cidade do Rio de Janeiro, que naquele período se apresentava como centro econômico, político, social e cultural. Referente aos autores destaca-se a autoria das publicações pelos médicos higienistas e a visão que tinham sobre a temática educacional da infância, que refletiam os interesses civilizatórios daquele período; a autenticidade e a confiabilidade do texto foram constatadas pelas publicações dos artigos no periódico, o qual é reconhecido como fonte histórica; sua natureza e os conceitos-chave foram examinados nas publicações que contemplaram as palavras, como jardim de infância e creche. Enquanto a lógica interna pautou-se na análise da organização dos textos e a estrutura do periódico. Esses procedimentos permitiram identificar como as questões referentes à educação da infância foram representadas no periódico "A Mãe de Família" no final do século XIX.

Com relação ao uso dos periódicos nas pesquisas, vale destacar que os impressos ganham, de fato, espaço como fonte na terceira geração dos Annales, nas últimas décadas do século XX, em virtude das transformações teóricas que ocorreram no campo do conhecimento histórico (Luca, 2005). Na atualidade, pode-se enfatizar a relevância desses estudos, considerando sua maior abrangência, devido à flexibilidade de acesso aos exemplares que são disponibilizados de forma on-line.

O PERIÓDICO A MÃE DE FAMÍLIA E O SEU CONTEXTO

No ano de 1879, o médico higienista Carlos Antônio de Paula Costa, inaugurou na cidade do Rio de Janeiro o periódico *A Mãe de Família*; essa ideia se concretizou a partir da seção “Cartas às Senhoras Brasileiras”, que eram publicadas na *Gazeta de Notícias*. No entanto, a inspiração para sua criação foi o jornal francês *La Jeune-Mère*, editado pelo médico André Théodore Brochard (Carula, 2011).

De acordo com as informações encontradas no periódico *A Mãe de Família* (1879-1888), o jornal era impresso, quinzenalmente, pela *Lombaerts & Companhia*. Além de circular no Rio de Janeiro, o periódico também poderia ser encontrado nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. O valor da assinatura anual para a corte era de 9\$00 e para as províncias 10\$000. Sendo 500 rs o valor do exemplar avulso. Carlos Antônio de Paula Costa era o principal redator; porém, nos artigos publicados encontramos outros nomes que colaboraram com as publicações, entre os quais Vinelli e J. B. de Almeida. No entanto, não são referidas maiores informações sobre esses redatores, podendo-se afirmar apenas que eram homens e médicos. Dessa forma, enfatiza-se que o periódico representava as vozes masculinas da sociedade da época, demonstrando o esforço dos profissionais da medicina em alterar os comportamentos e os modos de agir de mulheres e crianças.

Nesse cenário, o periódico destinava-se as mulheres mães, as senhoras da sociedade carioca: “A Mãe de Família dedicado às dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser mães de família bem devem compreender o sublime encargo que lhes é confiado” (*A Mãe de Família*, Ano 1, N. 1, jan. 1879, p. 2). Cabe destacar, que esse periódico pode ter alcançado um público amplo, considerando o aumento da comunidade leitora na sociedade carioca daquela época. Ainda é preciso destacar as questões referentes à leitura oralizada, pois “o acesso à leitura acontece, em uma relação direta não com a página física do papel, mas sim com a voz: ele é um leitor ouvinte [...]” (Castro, 2015 p. 45). Essa transmissão dos assuntos do cotidiano abordados nos jornais também ocorria por meio das narrativas orais. Dessa forma, a leitura e as discussões saíam das residências burguesas e alcançavam outros espaços, sendo acessíveis também à classe média da época (Castro, 2015).

O periódico “*A Mãe de Família*” foi fundado no Rio de Janeiro em um momento de grandes transformações. Nesse cenário, Gondra (2004), destaca as mudanças que ocorreram na infraestrutura urbana, transporte, economia, política, comunicação, segurança e cultura. Vista como símbolo de modernidade no país, “[...] se aproximava do estereótipo europeu de cidade civilizada, nos moldes de Paris ou de Londres, as mais citadas” (Rizzini, 2011, p. 38). O progresso era notável, existiam ferrovias, telégrafos e bondes. Além das ruas calçadas se expandia o sistema de luz a gás, abastecimento de água e esgoto. Contudo, primeiramente, eram as famílias mais abastadas que desfrutavam desses serviços, enquanto as pessoas das classes menos favorecidas conviviam com os problemas relacionados à infraestrutura (Lima, 2012; Gil, 2022). O que acentuava as contradições, pois enquanto a elite ostentava o “exemplo de família” a ser seguido, encontrava-se a população que vivia em situação irregular e precária. Muitas pessoas habitavam os cortiços, espaços miseráveis e insalubres. Geralmente eram

escravos negros pobres e imigrantes europeus.

Assim, a cidade cresceu rapidamente, apresentando diversos problemas sociais (Gondra, 2004). Essa situação repercutia, em meio ao glamour, pois “a cidade revelava-se o mais flagrante locus da desordem, da doença, da criminalidade e da imoralidade” (Rizzini, 2011, p. 42). Muitas pessoas em situação de mendicância perambulavam pelas ruas, as epidemias elevavam o número de óbitos, entre as causas das diversas doenças destacavam-se as precárias condições de higiene. Nessa conjuntura, as crianças eram as mais afetadas, verificando-se alto índice de mortalidade infantil e das práticas de abandono (Rizzini, 2011).

Conforme Rodrigues (2004), naquela época as mortes das crianças eram noticiadas diariamente nos jornais da cidade do Rio de Janeiro. Isso, para os médicos, representava a perda de um contingente populacional importante para o desenvolvimento do país e para a concretização de uma nação civilizada. Nessa realidade, a infância despertou o interesse da sociedade, principalmente do movimento higienista. Esses profissionais discutiam alternativas para a saúde infantil, com base nos fundamentos científicos que estavam sendo abordados nos congressos internacionais.

Nesse contexto, a elite da época se pautava nos ideais civilizatórios. Assim, os discursos dos higienistas encontravam-se amparados aos princípios do eugenismo, fundamentados nos preceitos positivistas. Esses pressupostos baseavam-se em teorias que visavam o branqueamento da população (Batista, 2016). Os jornais eram um dos veículos de disseminação dessas concepções, no intuito de garantir a formação de uma nação civilizada.

Nessa perspectiva, o principal objetivo da “A Mãe de Família” era orientar as mães com relação aos cuidados, à educação, saúde e moral das crianças. Os artigos apresentam assuntos diversificados, envolvendo os cuidados com a infância, incluindo os debates sobre as creches e os jardins de infância. Segundo Carula (2011), no ano de 1888, “A Mãe de Família” teve seu último número publicado. Assim, Carlos Antônio de Paula Costa, deixa suas palavras finais às leitoras, como se estivesse convicto de que não seguiria adiante com o periódico. O redator expõe a importância do trabalho realizado em prol das crianças e das famílias. Contudo, não divulga os motivos concretos que resultaram no seu encerramento, apenas expõe certas decepções. O que nos impossibilita de afirmar os motivos que provocaram o fim do periódico.

AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NA SOCIEDADE CARIOCA NO FINAL DO SÉCULO XIX

No Brasil, até o final do século XIX, a educação das crianças menores de seis anos era realizada pelas famílias, porque não existiam instituições de educação infantil. No periódico “A Mãe de Família”, os redatores enfatizavam nas publicações o papel da mãe como primeira “mestra”. Destacavam, inclusive, “que a educação da primeira idade compete exclusivamente a mãe” (A Mãe de Família, Ano 1, N. 9, Mai, 1879, p. 73). Por meio das contribuições de Chartier (2011), compreendemos que essas ações realizadas no espaço doméstico, constituíram as práticas que foram objeto de representação das questões educativas.

Naquele período, a infância de muitas crianças pequenas na sociedade carioca era marcada pelo abandono. Além da alta taxa de mortalidade infantil, que segundo os

redatores do periódico “A Mãe de Família” tinha diversas causas, destacavam-se a falta de cuidado dos pais e as precárias condições de higiene.

Em relação ao abandono na infância, destacam-se as crianças que eram deixadas nas rodas dos expostos. Inicialmente, permaneciam sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia para, em seguida, serem encaminhadas às amas secas ou para outras famílias. Para os meninos eram ensinados ofícios como ferreiro, sapateiro ou agricultor, enquanto as meninas recebiam orientações com relação aos afazeres domésticos (Azevedo, 2019). As possíveis causas desse abandono eram a pobreza, a falta de condição das famílias e, também, os nascimentos ilegítimos, pois a instituição garantia o anonimato do expositor. No Rio de Janeiro, a primeira roda foi implantada em 1738, sendo fechada somente em 1938 (Marcilio, 2003).

Nas últimas décadas do século XIX, essa instituição recebeu muitas críticas dos médicos higienistas, pois o acolhimento das crianças expostas “se mantinha precariamente, não possuía padrões de higiene, tanto nas suas instalações, como na assistência oferecida à criança” (Farias, 2005, p. 44). Outra questão criticada era a função desempenhada pelas amas, que segundo os redatores, não apresentava um cuidado adequado das crianças, situação que acabava contribuindo para o aumento da mortalidade infantil. Assim, destacavam a “terrível a éloquencia da estatística das crianças falecidas em casas de amas!” (A Mãe de Família, Ano 5, N. 5, Mar, p.36, 1883).

Por essas razões, os redatores defendiam o fechamento das rodas dos expostos e apoiavam as iniciativas de associações protetoras das crianças. No periódico, encontramos algumas publicações relacionadas a essas organizações, como podemos constatar na sequência: “O dia em que essa Associação inaugurar o primeiro Jardim, será um dos dias mais felizes da minha vida. [...] indivíduos salvos pela educação nos Jardins hão de bem dizer a philantropia das instituidoras” (A Mãe de Família, Ano 4, N. 9 Jun, 1882, p. 95).

Preocupada com o futuro econômico do país e o ideal de civilização, a elite via na educação institucionalizada uma solução para a pobreza e o abandono, considerando as crianças o futuro da nação. No periódico “A Mãe de Família” era enfatizada a preocupação com as crianças que permaneciam nas ruas, expostas a situações de riscos:

[...] meninos de 4 a 5 annos já com o *cigarrinho na bocca*, isto é, com mais uma causa de aniquilamento para os jovens organismos, que começam a desenvolver-se. [...] lindas crianças, immundas e mal cuidadas, no meio de toda a sorte de individuos mal educados, cheios de vicios, ás portas das vendas e dos cortiços, ouvindo tudo quanto ha de mais obsceno e presenciando actos e gestos immoraes (A Mãe de Família, Ano 1, N. 17, Set. 1879, p 130).

Essas crianças permaneciam nas ruas expostas às diversas formas de violências e perigos, situação que chamava atenção da elite carioca, pois acabava prejudicando a imagem da cidade em desenvolvimento. Assim, os filhos da pobreza material e moralmente abandonada eram vistos como problema social (Rizzini, 2011). Além disso, os redatores chamavam atenção para os acidentes que as crianças sofriam nas ruas e

nas suas residências, devido aos descuidos das mães e das amas. Essas fatalidades também ocorriam enquanto as crianças estavam aos cuidados dos irmãos maiores (A Mãe de Família, 1882).

Nessa conjuntura, cresceu a preocupação com a criança, pois, de acordo com Rizzini (2011), o conceito *“Save the children”* (salvar a criança) ganhou espaço nas últimas décadas do século XIX. O movimento higienista, direcionado a pequena infância, tinha o propósito de atender a criança e por meio dela atuar nas famílias, considerando que “elas vão se tornando adultas, individualmente, por meio de um processo social civilizador que varia segundo o estado de desenvolvimento dos respectivos modelos sociais de civilização” (Elias, 2012, p. 469). Nesse sentido, a educação da infância seria uma preparação para civilizar as futuras gerações.

Por isso, que os debates relacionados às instituições de educação infantil, ancorados nos ideais positivistas ganharam força entre a elite, e foram disseminados na imprensa carioca do final do século XIX.

AS REPRESENTAÇÕES DOS JARDINS DE INFÂNCIA E DAS CRECHES NO PERIÓDICO “A MÃE DE FAMÍLIA”

Durante a circulação do periódico “Mãe de Família (1879-1888)” foram vinculados artigos referentes aos jardins de infância e sobre as creches. Nessas publicações, os redatores utilizavam exemplos de instituições internacionais, citando principalmente, os exemplos das instituições europeias. Destacando que naquela época era comum conhecer o funcionamento de espaços de ensino dos países considerados mais desenvolvidos, no intuito de seguir os modelos nas nações que ainda estavam iniciando o processo de organização (Michel *et al.*, 2020).

Em 1882, Domingos J. B. de Almeida publicou cinco artigos denominados “A educação nos jardins de infância”, destacando a organização ideal para essas instituições. Em relação ao espaço físico, por exemplo, o redator pontua que deveria ser implantado em “pavilhão, elegante, sem luxo, e cercado de jardins. No interior haverá grande sala para o ensino, sala de jantar, casa de banhos, varanda. [...] terreno espaçoso para gymnastica, canteiros para flores e para horta, viveiros de passaros” (A Mãe de Família, Ano 4, N. 9, Mai, 1882, p. 67).

Nesses artigos, o redator também destacou os benefícios de tais instituições para as crianças menores de seis anos, elencando a sua necessidade para a sociedade fluminense, como podemos analisar no excerto a seguir:

As mãis levam os filhos para os jardins todas as manhãs das 8 às 10 horas, lá os deixam até às 6 da tarde, hora em que voltam para o lar domestico. [...] enquanto estes sob os cuidados incessantes das directoras dos jardins, quasi que a brincar constantemente, adquirem o desenvolvimento e a robustez do organismo; moralisa-se pelos bons exemplos, tornam-se obedientes, meigos, affáveis, expansivos e alegres; fazem-se sobrios pela alimentação frugal e a horas e aprendem rindo, sempre a brincar, segundo Froebel (A Mãe de Família, Ano 4, N. 9, Mai, 1882, p. 67).

Com essa perspectiva, os redatores reivindicavam aos governantes iniciativas em relação aos investimentos para implantação dos espaços para educação da infância, que atendessem todas as crianças, como podemos constatar nesta publicação: “temos convicção de que em breve se acumularão os recursos indispensáveis, e a pobreza encontrará para seus filhinhos o mais santo asylo” (A Mãe de Família, Ano 4, N. 4, Fev, 1882, p. 28). Contudo, naquele período, não foram direcionados investimentos para a implantação das referidas instituições.

Segundo Guimarães (2017), na década de 70 do século XIX, a Reforma Leônico de Carvalho, por meio do Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, determinou juntamente das demais medidas a criação dos jardins de infância. De acordo com os redatores, “O Exm. Sr. conselheiro Leoncio de Carvalho, no Decreto de 19 de Abril de 1879, sobre a instrução publica, o confirma, ordenando no art. 5º, que se fundem Jardins de crianças em todos os districtos do municipio [...]” (A Mãe de Família, Ano 4, N. 4, Fev, 1882, p. 29). Contudo, no período de circulação do referido periódico, esses recursos não foram destinados às instituições educativas para as crianças menores de seis anos, pois o financiamento contemplou somente a educação das crianças entre sete e quatorze anos, como afirma Guimarães (2017).

Nesse contexto, o Jardim de Infância Dr. Menezes de Vieira, implantado na cidade do Rio de Janeiro em 1875, servia de exemplo para a sociedade carioca. No entanto, essa instituição era privada, destinada ao atendimento das crianças do sexo masculino de três a seis anos, que pertenciam à elite (Gonzalez e Carvalho, 2022). Essa iniciativa era reconhecida pelos redatores da “Mãe de Família”, pois elogiaram esse espaço educativo:

A redação da Mãe de Família aplaude de coração esta patriótica a idéa e deve o povo fluminense compreender bastante a sua importancia, á vista dos brilhantes resultados, com que esse systema de ensino tem obtido infatigável o educador Dr. Menezes Vieira, que foi o primeiro a introduzir no paiz o systema Froebel (A Mãe de Família, Ano 4, N. 4, Fev. 1882, p. 28).

Esse jardim de infância ou *Kindergarten* seguia os modelos europeus. Segundo Guimarães, (2017, p. 93), a principal função desse espaço era “cuidar, higienizar, educar a criança, transmitir os valores sociais e morais da elite dominante”. A base da sua organização pedagógica era a concepção froebeliana, com propósito de desenvolver as habilidades físicas, morais e intelectuais das crianças, por meio das ações relacionadas à ginástica, pintura, desenho, linguagem, cálculo, escrita, leitura, história, geografia e religião (Bastos, 2001).

Os jardins de infância foram representados no referido periódico como uma instituição importante para o cuidado e educação das crianças. Entretanto, acabou se constituindo como um instrumento de discriminação social, oferecendo status superior às crianças das famílias abastadas, de acordo com as palavras de Kishimoto (1999). Dessa forma, as crianças menores de três anos, as meninas e as crianças pertencentes às classes menos abastadas, não tiveram acesso a esse espaço educativo. Nas publicações

da “Mãe de Família”, os redatores enfatizavam que a implantação dessas instituições seria um dos caminhos para efetivação do projeto civilizador.

Os Asyls, Escolas maternas ou Kindergarten, como quiserem denominar-os são remedio efficaz, heroico. Aqui não os ha para os pobres ! E' uma lacuna lamentavel para um paiz que se ufana, com razão, de caminhar a par dos paizes civilisados, porque os Jardins da infancia são os esteios mais fortes desses povos. Tanto assim é, que sendo elles instituição modernissima, estão já disseminados por toda a Europa, pelas republicas americanas do norte e do sul, desde as capitaes até aos mais infimos lugarejos! (A Mãe de Família, Ano 4, N. 7, Abr, 1882, p. 55).

Assim, os jardins de infância considerados pelos médicos redatores da “Mãe de Família” como salvadores continuaram permanecendo restritos a elite carioca. A ausência de iniciativas concretas para a disseminação dessas instituições demonstra que as estratégias simbólicas impactam nas posições e relações que cada grupo constrói em seu entorno (Chartier, 2002).

Em relação às creches, observa-se que no período de circulação da “Mãe de Família (1879-1888)” elas não foram implantadas. Contudo, no periódico, encontramos as reivindicações para a implantação dessas instituições na sociedade carioca. Nas primeiras publicações do referido periódico, em 1879, o médico Dr. Vinelli contribuiu na redação, destacando a creche como uma instituição importante, que representava a civilização nos países europeus e a difusão dessas instituições se associava à ideia de sociedade moderna, que correspondia à ideologia do progresso (Kuhlmann Jr., 2015). O redator destacou que em muitos países europeus, na vanguarda da civilização, existia uma instituição filantrópica voltada à primeira infância, cujos resultados benéficos já haviam sido comprovados pela experiência: “Essa instituição filantrópica é denominada em francez crèche [...]” (A Mãe de Família, Ano 1, N. 1, Jan, 1879 p. 3).

Nesse mesmo ano, Vinelli evidenciou os aspectos relevantes desses espaços nos artigos intitulados “A CRÉCHE, (Asylo para a primeira infancia)”. Nessas publicações, foram elencadas as questões referentes à estrutura e ao funcionamento dessas instituições. Nos debates apresentados, os redatores lamentavam a ausência das creches, diante da necessidade que percebiam. Assim, argumentavam: “E' para lastimar-se que ainda não se haja implantado' no Brasil, a convicção da utilidade das – Crèches” (A Mãe de Família, Ano 7, N. 23, Dez, 1885, p. 180).

De acordo com Kuhlmann Jr (2015), Dr. Vinelli enfatizou a creche de maneira peculiar, pois na Europa a sua função estava diretamente ligada à ampliação do trabalho feminino, sendo um espaço destinado ao atendimento das crianças cujas mães eram operárias. Entretanto, no Brasil, naquele período, a demanda desse setor ainda era baixa, vindo somente aumentar nas décadas seguintes, quando essa mão de obra se tornou mais relevante no contexto laboral do país, sendo, inclusive, recomendado a criação desses espaços junto as fabricas (Kuhlmann Jr., 2015). Assim, naquela conjuntura, as creches seriam fundamentais para o atendimento dos filhos das mulheres escravizadas em função da Lei do Ventre Livre, considerando que a sociedade carioca ainda era escravista. A segunda finalidade estaria relacionada à liberação da mão de obra feminina para trabalho doméstico (Pardal, 2005).

As creches atenderiam, principalmente, crianças órfãs e pequenos escravos alforriados que se encontravam em condição total de negligência e descaso, correndo risco de abandono, explorações e morte (Jesus *et al.*, 2022). Essa instituição seria uma das alternativas de combate aos elevados índices de mortalidade infantil. Nesse sentido, Kuhlmann (2015) destaca que a creche não era o aperfeiçoamento das Casas de Expostos, mas ao contrário, seria a substituição ou oposição a elas; assim, as mães não abandonariam suas crianças.

No ano de 1888, Carlos de Paula da Costa direciona seis cartas ao Ministro da Justiça e Proteção à Criança, solicitando a implantação das creches na cidade do Rio de Janeiro. O redator cita os argumentos apresentados por Vinelli nos artigos publicados no periódico em 1879. Assim, é possível afirmar que essas cartas representam os debates da sociedade carioca, em relação ao atendimento das crianças pequenas.

Entre os assuntos abordados nas cartas, destacava-se a organização do espaço das creches que deveria apresentar:

«1° Uma sala destinada aos berços, que devem ser dispostos em ordem e sufficientemente afastados um dos outros. « 2° Uma sala em que brincam as crianças. << 3° Uma rouparia em que se guardam os vestidinhos, fraldas, pannos, etc.«4° Uma cozinha. «5° Um quarto destinado à senhora encarregada de receber as crianças. « 6° Um jardim convenientemente arborizado. » Eu acrescentarei a estas divisões as propostas por Cacheux, isto é: a- um vestibulo. b- uma sala de recepção.c- uma sala de aleitamento. d-gabinetes de toilette. e-water-closets ou latrinas para as crianças e as pessoas do serviço. f- uma pharmacia pequena. [...] Devem estar abertos desde as 5 horas da manhã até as 8 horas da noite no verão, e das 6 da manhã ás 7 horas da noite no inverno (A Mãe de Família, Ano 10, N. 11, Jun, 1888, p. 84-85).

Essa organização correspondia aos exemplos internacionais das creches, também seguindo os modelos europeus. Vale destacar, que o espaço seria voltado para as tarefas relacionadas aos cuidados das crianças, sendo o horário de atendimento estendido para receber as crianças durante as longas jornadas de trabalho das mães. Além dessa sugestão, o redator também enfatiza nas cartas a existência de um projeto que seria útil para implantação dessa instituição: “V. Ex., que tem sobre seus ombros ardua tarefa; assim nos permitirá que apresentemos um projecto de fundação de uma crêche n'esta cidade, que possa servir de guia para sua organização e de outras” (A Mãe de Família, Ano 10, N. 7, Mar, 1888, p. 77).

Percebe-se que nos debates sobre as creches, os redatores não enfatizavam os aspectos pedagógicos, tal como eram destacados nos jardins de infância. Nessa perspectiva, esse atendimento assumiria um caráter assistencial, o que de fato ocorreu e acabou se perpetuando ao longo do tempo.

Portanto, ao analisar as representações das instituições de educação infantil na imprensa carioca do final do século XIX, é possível compreender como essas instituições foram retratadas, percebidas e debatidas na sociedade da época. Os jardins de infância foram apresentados como meio de formação de uma infância educada e civilizada;

enquanto as creches foram consideradas uma alternativa necessária, para atender aos interesses da elite carioca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, observa-se que o periódico "A Mãe de Família", publicado na cidade do Rio de Janeiro, em fins do século XIX, era um veículo de divulgação dos ideais positivistas. Um dos seus principais objetivos era a difusão dos ideais civilizadores, perpetrada por médicos higienistas, ou seja, vozes masculinas pertencentes à elite carioca daquela época. Dessa forma, destaca-se a influência que esses profissionais tiveram nas questões educacionais, além da orientação às mães em relação ao cuidado e a saúde das crianças.

Nesse contexto, a educação da criança pequena foi reconhecida como meio de constituição da infância "civilizada". Naquele período, o jardim de infância - primeira instituição a ser implantada foi representada como salvadora. Contudo, sua efetivação contribuiu para o aumento das diferenças sociais, pois foi destinado ao atendimento das crianças do sexo masculino, pertencentes às famílias abastadas, excluindo as crianças pobres, negras, meninas e menores de três anos.

Por meio dessa análise, conclui-se que as crianças privadas da educação institucionalizada, no contexto do Rio de Janeiro, no final do século XIX, são semelhantes às crianças que na atual conjuntura são excluídas da educação infantil, devido à falta de acesso a essa etapa educacional no país.

Em relação à origem das creches, observa-se que essas instituições foram pensadas, antes mesmo da sua implantação, como espaços assistencialistas, destinados ao atendimento das crianças pertencentes às famílias pobres. O seu objetivo focava as ações de cuidado, assim, não contemplavam propostas pedagógicas. Esse caráter assistencial perpetuou-se ao longo do tempo, interferindo no trabalho realizado com as crianças nos espaços de educação infantil, constituindo a dualidade entre o cuidar e o educar que ainda se apresenta na atualidade.

Este estudo pontuou os aspectos relevantes sobre a implantação das primeiras instituições de educação da infância, contribuindo para a História da Educação Infantil. Portanto, espera-se que essas reflexões possam despertar novos olhares e novas investigações nesse campo investigativo que ainda tem muito a ser explorado.

Artigo recebido em: 22/05/2024

Aprovado para publicação em: 11/09/2024

REPRESENTATIONS OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION AT THE END OF THE 19TH CENTURY: AN ANALYSIS FROM THE PERIODICAL "A MÃE DE FAMÍLIA" ABSTRACT

ABSTRACT: This article aims to analyze the representations of early childhood education institutions in the periodical "A Mãe de Família". The theoretical-methodological approach is based on the New Cultural History and uses Roger Chartier's concept of representation to problematize issues related to childhood and its education. It is a documentary analysis carried out in the

periodical "A Mãe de Família (1879-1888)". This study presents the representations and debates related to the establishment of kindergartens and nurseries at the end of the 19th century, within the context of the city of Rio de Janeiro. Through this research, it was possible to ascertain that early childhood education at the end of the 19th century aimed at civilizing the children of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Childhood; Education; Early Childhood Education Institutions; Representations.

LAS REPRESENTACIONES DE LA EDUCACIÓN INFANTIL A FINALES DEL SIGLO XIX: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LA PUBLICACIÓN "A MÃE DE FAMÍLIA"

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar las representaciones de las instituciones de educación infantil en el periódico "A Mãe de Família". El enfoque teórico-metodológico se basa en la Nueva Historia Cultural y utiliza el concepto de representación desarrollado por Roger Chartier para problematizar cuestiones relativas a la infancia y su educación. Se trata de un análisis documental de la publicación periódica "A Mãe de Família (1879-1888)". Este estudio presenta las representaciones y debates relacionados con la creación de jardines de infancia y guarderías a finales del siglo XIX, en la ciudad de Río de Janeiro. Esta investigación ha demostrado que el objetivo de la educación infantil a finales del siglo XIX era civilizar a los niños de Río de Janeiro.

PALABRAS CLAVE: Infancia; Educación; Instituciones de Educación Infantil; Representaciones.

REFERÊNCIAS

A MÃI DE FAMÍLIA. **Jornal Científico, Litterario e Ilustrado - Educação da Infancia, Higiene da Família.** Rio de Janeiro: Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mai-familia/341703>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BARROS, J. D' A. Fontes históricas. **Cadernos do tempo Presente**, v. 11, n. 2, p. 3-26, 2020.

BARROS, J. D' A. **A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier.** Diálogos, Cuiabá, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41422/21738>. Acesso em: 21 maio 2021.

BASTOS, M. H. C. **Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887).** In. MONARCHA, C. (org.). Educação da Infância brasileira (1975-1983). Campinas: Autores Associados: p. 31-79, 2001.

MORAES, J. de M., OLIVEIRA, C. de F.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná - Imprensa Oficial, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BARBOSA, I. G. Das políticas contraditórias de flexibilização e de centralização: reflexões sobre a história e as políticas da Educação Infantil em Goiás. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 379-393, 2008.

BATISTA, V. M. **O positivismo como cultura**. *Passagens*, v. 8, n. 2, p. 293-307, 2016.

CARULA, K. **Carlos Costa e A Mãe de Família**. Simpósio Nacional de História – ANPUH, v. 26, p. 01-12, 2011.

CASTRO, V. V. L. **Quem eram os leitores cariocas do século XIX?** *Sujeito relações*, v. 6, n. 2, 2015.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, R. **Defesa e ilustração da noção de representação**. In: *Fronteiras*. Dourados/MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHAVES, R. S.; FINCO, D. **Questões étnico-raciais, políticas públicas e o direito das crianças pequenas a uma Educação antirracista**. In: *Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ELIAS, N. **A civilização dos pais**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, set/dez, 2012.

FARIAS, M. Infância e educação no Brasil nascente. **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 33-48, 2005.

GIL, C. A. **Amas, leites e farinhas: o problema da alimentação infantil no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONZALEZ, K. C. A. V.; CARVALHO, D. C. Representações do jardim de infância do Dr. Menezes Vieira na imprensa periódica do Rio de Janeiro no final do século XIX. **Zero-a-Seis**, v. 24, n. 45, p. 10-33, 2022.

GUIMARÃES, C. M. **A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez., 2017.

JESUS, A. S.; BATALHA, T. V.; ASSIS, W. L. D. Educação Infantil: o cenário do surgimento das creches. In: MELO, J. C.; GUTERRES, I. S.; OLIVEIRA, JOSÉLIA, J. A. B. O. (Org.). **Integrando saberes e fazeres na Educação Básica**. Guarujá: Editora Científica Digital, p. 31-40, 2022.

KISHIMOTO, T. M. **Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior**. Educação & Sociedade, v. 20, p. 61-79, 1999.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LIMA, J. V. **O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo - (Rio de Janeiro na segunda metade do Século XIX)**. 2012, 191 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

LUCA, T. R. de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, M. C. **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAUDONNET, J. V. M. Os Fóruns de Educação Infantil e suas incidências nas políticas públicas: conquistas históricas e desafios em tempos de regressão de direitos. In: MAUDONNET, J. V. M. **Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

MICHEL, C. B.; ARRIADA, E.; NOGUEIRA, G. M. **Missão de estudos ao Uruguai: o que dizem os professores acerca do jardim de infância**. Historia de la educación-anuario, v. 21, n. 1, p. 87-106, 2020.

NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1999.

MORAES, J. de M.; OLIVEIRA, C. de F.

PARDAL, M. V. C. **O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista**. Educação da infância: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, p. 51-72, 2005.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, R. C. L. **Mãe de família**: discurso profilático contra a sífilis, Rio de Janeiro, 1878-1889. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

SÁ, P. R. S. **Representações sobre formação de professoras para jardins de infância em Santa Catarina (1920-1960)**: estado, congregações femininas católicas e associações femininas luteranas. Tese (Doutorado em Educação), UFSC. Florianópolis, 2020.

SCOTT, A. S. V. História da infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer? In: CARDOZO, J. C. S.; CESAR, T.; SILVA, J. F.; *et. al.* (Orgs.). **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

JULIANA DE MELLO MORAES: Doutora em História pela Universidade do Minho. Fez estágio pós-doutoral na Universidade de Lisboa e na Universidade Federal do Paraná. É Docente do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de História e Geografia da Universidade Regional de Blumenau, - FURB, Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9419-1244>

E-mail: jmmoraes@furb.br

CLAUDINETE DE FÁTIMA OLIVEIRA: Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava, Paraná, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7560-1789>

E-mail: claudineteo@furb.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).